

Eduardo Silva: *As camélias do Leblon e a abolição da escravatura – uma investigação de história cultural.* Companhia das Letras, São Paulo 2003 (136 págs).

*Tereza Burmeister**

O autor, historiador doutorado pelo University College de Londres e ex-chefe do setor de História da Fundação Casa de Rui Barbosa no Rio de Janeiro, especializou-se em história da escravidão no Brasil e, principalmente, história da abolição. Mas tem também uma outra área de especialização, esta definida mais pelo enfoque do que pelo tema: o estudo de processos que fogem aos padrões de interpretação sistêmica, de acontecimentos e personagens marginais, tanto em relação à *main stream* da história quanto às interpretações consagradas. Já vimos isto em uma de suas obras anteriores, *Dom Obá II d'África, o Príncipe do Povo – Vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor* (Companhia das Letras, S. Paulo 1997), onde estudava a biografia de um personagem negro do Rio de Janeiro do 2. Império e inícios da República: marginal, enquanto negro, à sociedade da época; enquanto monarquista, aos movimentos republicanos e, acima, de tudo, enquanto excêntrico (considerado mesmo mentalmente perturbado), à normalidade dos comportamentos sociais vigentes.

Na obra de que aqui se trata, Eduardo Silva toma como ponto de partida de sua investigação o símbolo adotado pelo movimento abolicionista nas duas décadas imediatamente anteriores à abolição, a camélia. Usada em público como sinal de reconhecimento mútuo e de afirmação de princípios, ostentada até mesmo pela Princesa Isabel, antes e após a Lei Áurea, em sua pessoa e nos salões do Palácio das Laranjeiras, a *Camellia japonica* era cultivada nos jardins das residências particulares de abolicionistas mas, principalmente, nas roças dos muitos “quilombos abolicionistas” estabelecidos nos distantes subúrbios do Rio de Janeiro, Santos, São Paulo, Recife, Petrópolis, Campos, etc., desde onde fazia sua aparição nas ruas e salões, na lapela dos homens, no decote das mulheres, em atos públicos e em festas.

O eixo simbólico da investigação é o Quilombo do Leblon, estabelecido em terras pertencentes ao comerciante português abolicionista José de Seixas Magalhães, fornecedor de camélias para a corte da princesa: entre os presentes recebidos pela princesa no dia 13 de maio de 1888, o

mais comentado pelos contemporâneos foi um buquê de camélias vindo diretamente do quilombo do Leblon. O quilombo, freqüentado entre outros por João Clapp, José do Patrocínio, Angelo Agostini, Rui Barbosa e André Rebouças, era freqüentemente palco de festividades e confraternizações e constitui, na análise de Eduardo Silva, o paradigma de um novo tipo de quilombo – o “quilombo abolicionista” – e de uma nova estratégia de luta pela abolição. O autor distingue entre o quilombo tradicional, por ele denominado “de ruptura”, cujo objetivo era exatamente o de romper com a sociedade escravista e estabelecer-se isoladamente, como comunidade independente, a uma distância geográfica e simbólica considerável, e o “quilombo abolicionista”, uma comunidade temporária formada por escravos fugidos, abrigados e protegidos por membros das elites, partidários e militantes do abolicionismo. Estas comunidades se estabeleciam nas proximidades das cidades-centro da luta abolicionista e a topografia era um dos elementos mais fundamentais na definição de sua função, que era precisamente a de pressionar, por sua existência, a opinião pública e interferir no jogo político, participando na luta pela abolição. Por sua presença pública e por suas estreitas e múltiplas conexões com a sociedade que as cercava, tanto como por sua importância como lugar de refúgio para o crescente número de escravos que fugiam de seus senhores e, dessa forma, contribuía para solapar as instituições escravistas, os quilombos abolicionistas constituíam importantes centros de referência, reunião e atividades militantes e, conseqüentemente, núcleos de um modelo alternativo de resistência à escravidão.

O quilombo do Leblon foi a mais visível destas comunidades, em virtude de sua função especializada como produtora da materialidade do ícone abolicionista por excelência, a camélia. A obra de Eduardo Silva evoca vividamente fragmentos da vida cotidiana do quilombo: as batucadas festivas às quais compareciam abolicionistas famosos e anônimos, as caminhadas noturnas de volta à cidade, por caminhos ainda hoje identificáveis, onde os visitantes, entusiasmados e exaltados, gritavam abertamente vivas aos escravos fugidos; os discursos e conversas, onde as questões cruciais da sociedade e da política da época eram debatidas; o cultivo das flores simbólicas, das quais o quilombo era o principal fornecedor para a capital do império; as relações amistosas entre os habitantes do quilombo e a elite progressista e os demais setores dos movimentos negros; a presença do quilombo na imprensa, no cancionário popular, nas memórias de jornalistas e escritores da época (como Rebouças e Agostini). Ademais, através da análise do perfil de José Seixas, dono das terras onde se encontrava o quilombo, e dos visitantes e aliados do quilombo, o historiador revê a composição social do movimento

abolicionista e as relações extra-oficiais entre elite branca, movimento negro, libertos e escravos, reavaliando igualmente o papel das elites negras e dos escravos na luta abolicionista e redefinindo-o não apenas como ativo mas como decisivo para a conquista da abolição. Na opinião de Silva, a adesão dos escravos ao projeto abolicionista, expressa através das fugas em massa e da formação de quilombos abolicionistas, representa uma opção guerreira determinante para a implementação do projeto.

No entanto, não menos importante é a revisão do papel desempenhado pela princesa Isabel no processo. Ao analisar, em seu conjunto, aspectos pouco divulgados do comportamento da princesa, tais como a prática comprovada de facilitar fugas e ocultar escravos fugidos nos jardins do palácio, em Petrópolis, as relações cordiais que mantinha com líderes abolicionistas, entre estes Seixas, e as estreitas relações de colaboração política que, mediadas por André Rebouças, mantinha com a liderança da Confederação Abolicionista, entre outros João Clapp, José do Patrocínio e Joaquim Nabuco, o autor ilumina o processo abolicionista em toda a sua complexidade, como um movimento que abrangia e mobilizava os mais diversos setores da sociedade imperial. Dessa análise, o fato da abolição surge como resultado de alianças multifacetadas e socialmente diversificadas, superando a concepção obsoleta, ainda vigente em certas interpretações, de que a abolição legal da escravatura representaria tão somente uma farsa, uma concessão paternalista (ou melhor, maternalista) de uma elite conservadora, mal intencionada e pouco confiável, inteiramente desligada das lutas do movimento negro e da grande massa de escravos.

O corpo do texto se encerra com uma tentativa de *“localizar e reconstituir, no emaranhado urbano do Leblon de hoje, as velhas trilhas de acesso, a propriedade legal e as decantadas belezas naturais do quilombo do Leblon”* (Silva, pág. 9). Este capítulo constitui, a meu ver, uma síntese que expressa exemplarmente a perspectiva histórica de Eduardo Silva: para ele, a história é viva e concreta; as grandes linhas da política e dos processos sociais se entrelaçam com a vida cotidiana, com os fatos da cultura, com a memória popular, com a materialidade das ruas, casas e casarões, botequins, vendas, praias e morros. Esta é uma característica que perpassa todos os capítulos, desde aqueles que tratam do tema mais concreto: a *“busca da simbologia secreta do movimento abolicionista, a hoje insuspeita Camellia japonica, e sua possível sobrevivência nos jardins de antigos casarões do Rio de Janeiro e Petrópolis.”* (Silva, pág. 9), até os mais abstratos, aqueles que tratam do *“pensamento e da prática abolicionista de Rui Barbosa, proprietário de um desses jardins históricos, sobre o pano de fundo das idéias e práticas que presidiram a criação e o*

apoio aos quilombos abolicionistas.” (Silva, pág. 9). Igualmente significativa para entender-se o enfoque e a concepção teórica de Silva é a importância dada às relações pessoais, especialmente de amizade, como elos de forjamento e consolidação de conexões políticas e sociais entre figuras significativas do movimento abolicionista. Estes aspectos são abordados no conjunto do livro mas ainda com mais ênfase no capítulo dedicado às relações entre o quilombola Seixas e o jovem Rui Barbosa.

Os anexos, apresentando documentos-chave das fontes nas quais se baseou a pesquisa, são altamente relevantes para o desenvolvimento e tratamento do tema, já que fornecem dados e depoimentos que documentam, aprofundam e detalham aspectos centrais do texto: a origem, estatuto legal, topografia e vida cotidiana do quilombo, bem como as relações pessoais entre abolicionistas.

Em resumo: um livro admirável, altamente recomendável, que, apesar de sua extensão limitada, constitui um excelente exemplo das melhores e mais frutíferas tendências da historiografia brasileira atual.

*Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS
tereza.therkel@terra.com.br